

ANEXO I



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE SALVADOR
GRUPO DE SAÚDE DE SALVADOR**

PROJETO BÁSICO

CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

SUMÁRIO

1. OBJETO.....	2
2. JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO	2
3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS..	3
4. ABRANGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO	3
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	4
6. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
7. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS.....	5
8. FORMA DE ENCAMINHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS.....	5
9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	7
10. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	8
11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	22
12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL.....	22
13. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	22
14. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS).....	24
15. HABILITAÇÃO.....	25
16. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.....	32
17. DA SUBCONTRATAÇÃO.....	33
18. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	33
19. REMUNERAÇÃO E PREÇOS CONTRATUAIS.....	33
20. ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS REFERENCIAIS.....	33
21. PAGAMENTO.....	34
22. REAJUSTE DO CONTRATO.....	41
23. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CREDENCIANTE.....	42
24. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.....	42
25. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	44
26. MEDIDAS ACAUTELADORAS.....	46
27. SANÇÕES.....	46



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE SALVADOR
GRUPO DE SAÚDE DE SALVADOR

PROJETO BÁSICO

CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

1. OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é o credenciamento, no Estado da Bahia, de Organizações Civis de Saúde (OCS), Cooperativas Médicas e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação de serviços médicos de **Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência e urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e Anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia; Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME)** aos beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), no Estado da Bahia, na cidade de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e em torno, para complementar os serviços especializados desta Organização Militar de Saúde.

2. JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento justifica-se pelos seguintes motivos:

2.1.1. A presente contratação tem por finalidade contratação de pessoas físicas (PSA), jurídicas (OCS) e cooperativas médicas para prestação de serviços complementares em Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência e urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e Anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia; Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) aos beneficiários do SISAU, no Estado da Bahia, na cidade de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e em torno, para complementar os serviços especializados desta Organização Militar de Saúde, conforme [inciso II, do art. 20 do Decreto 92.512, de 02 de abril de 1986;](#)

2.1.2. A Administração deseja credenciar interessados em prestar os serviços relacionados no item 1 do presente projeto básico por inexigibilidade de contratação. Esta encontra respaldo no [inciso IV, do art 74, da Lei nº 14.133/2021,](#) pois apresenta a situação da inexigibilidade de licitação e de configuração de inviabilidade de competição;

- 2.1.3. A admissão do sistema de credenciamento já se acha consolidado no seio da mais alta Corte de Contas do País. No particular, cabe ser feita referência ao Acórdão TCU nº. 1751/2004-Plenário, Relator Ministro Marcos Vinícius Vilaça e às decisões ocorridas em relação a processos como os de nºs. TC-016.171/1994, TC-016.522/95 – Decisão nº 656/1995 e TC-004.605/1992-4 – Decisão nº 126/1998, do Plenário, em sua totalidade;
- 2.1.4. Em virtude da complexidade, da grande demanda e da diversidade de especialidades requeridas nos diversos atendimentos, alguns procedimentos em saúde não podem ser oferecidos aos beneficiários do SISAU nas dependências do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), procedimentos estes que são necessários na prática clínica, como métodos auxiliares para o diagnóstico de diversas patologias. Nesse sentido, o credenciamento de prestadores de serviços de saúde em áreas diversas se faz necessário, haja vista a necessidade permanente de atender demandas decorrentes do dia a dia. Desse modo, a formalização de credenciamentos torna-se a opção mais adequada para o efetivo atendimento das necessidades dos usuários, tanto de especialidades não disponíveis, quanto para aquelas em que o número de profissionais do GSAU-SV não consegue atender plenamente a demanda existente; e
- 2.1.5. Outro aspecto relevante diz respeito à redução de custos, uma vez que a impossibilidade no atendimento de algumas demandas de saúde obrigaria o SISAU a valer-se da cadeia de evacuação para o atendimento destas necessidades, ou seja, seria necessário transferir o atendimento dos usuários para Unidades Hospitalares da Força Aérea Brasileira em outras localidades, o que por vezes, pode acarretar custos adicionais com os deslocamentos, diárias e até mesmo perda maior do tempo operacional do militar.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas para atender as contratações decorrentes do credenciamento estão programadas em dotação orçamentária própria, conforme classificação abaixo:
- 3.1.1. Gestão/Unidade: 00001/120023
- 3.1.2. Fonte: 1005000140
- 3.1.3. Programa de Trabalho: 214550
- 3.1.4. Elemento de Despesa: 339039
- 3.1.5. Plano Interno: A0004650100

4. ABRANGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento abrangerá as seguintes áreas geográficas: Nível estadual, no Estado da Bahia, na cidade de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e entorno;
- 4.2. O credenciamento abrangerá as seguintes modalidades ou especialidades médicas: Assistência Médico Hospitalar e Ambulatorial; Atendimento de emergência e urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias; Atendimento Domiciliar (HOME CARE); Laboratorial em Análises Clínicas e Anatomia Patológica; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia; Anestesia;

Terapia Ocupacional e Laboratorial; Serviços Auxiliares de Diagnósticos e Terapia (SADT) e Fornecimento Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME); e

- 4.3. O Requerimento ou a Carta Proposta do interessado deverá informar em quais Municípios ou regiões que pretende obter seu credenciamento para a prestação dos serviços, bem como para quais modalidades ou especialidades.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 5.1. As empresas contratadas deverão observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no www.comprasgovernamentais.gov.br, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

Subcontratação

- 5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 5.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao Contratante o direito de realização de vistoria prévia, realizado por integrantes do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), acompanhado por funcionário da empresa designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas;
- 5.5. Serão agendados previamente pela Subseção de Credenciamento (SSCRED) do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), com a Empresa a ser Credenciada, acertando data e horário para realização da vistoria prévia; e
- 5.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.6.1. As informações da vistoria serão inseridas no modelo do Anexo XII – Laudo de Vistoria Técnica, do Edital de Credenciamento.

6. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os detalhamentos de todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo credenciamento constam das TABELAS REFERENCIAIS de remuneração dos serviços e dos preços dos insumos e dos medicamentos, no Anexo II - Referencial de Custos, do Edital.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 7.1. Serão Beneficiários dos serviços prestados no credenciamento:

7.1.1. Pessoas portadoras de documento de identificação que lhe ateste tal condição, conforme abaixo. Ressaltando-se que a aceitação do Beneficiário dependerá sempre de autorização prévia, que será expressa por meio de Guia de Apresentação de Beneficiário (GAB) ou Guia de Encaminhamento para a Assistência Médico-Hospitalar (GEAM), emitida pelo CREDENCIANTE, salvo situações de “urgência ou emergência médica”, conforme especificado no item 8 - FORMA DE ENCAMINHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS.

- 7.2. Para atendimento pela CREDENCIADA, os Beneficiários do SISAU dever-se-ão identificar apresentando os seguintes documentos:

7.2.1. Militares (da Aeronáutica) da ativa, da reserva ou reformados deverão apresentar identidade militar (ou identidade civil) e Guia de Apresentação do Beneficiário (GAB);

7.2.2. Pensionistas e seus dependentes, além dos dependentes de militares da ativa ou da reserva, deverão apresentar carteira de identidade civil (ou militar) e GAB ou GEAM.

8. FORMA DE ENCAMINHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS

- 8.1. As normas para encaminhamento dos Beneficiários às Organizações Civas de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) são as seguintes:

8.1.1. A prestação do serviço será mediante Guia de Apresentação de Beneficiário (GAB) ou Guia de Encaminhamento para a Assistência Médico-Hospitalar (GEAM), que deverão conter os dados necessários para identificação do Beneficiário do SISAU, do procedimento em saúde a ser realizado e do prestador de serviço credenciado. Identificando-se conforme descrito abaixo:

8.1.1.1. Militares da Aeronáutica (da ativa, da reserva ou reformado), deverão apresentar identidade militar (ou identidade civil) e GAB, assinada, acompanhada do pedido médico;

8.1.1.2. Pensionistas e seus dependentes, além dos dependentes de militares da ativa ou da reserva, deverão apresentar carteira de identidade civil (ou militar) e GAB ou GEAM, assinada, acompanhada do pedido médico; e

8.1.1.3. Nos casos excepcionais em que for necessário o encaminhamento para a rede credenciada de pacientes não cadastrados no Sistema Informatizado da Saúde Complementar - SISAUC (beneficiário da assistência do SISAU ainda não

cadastrado, ou assistência por ordem judicial, ou após licenciamento por término de tempo de serviço amparado por Junta de Saúde), a autorização prévia será formalizada por meio de Ofício assinado pelo(a) Comandante do GSAU-SV ou, em caso de impedimento, o militar no comando que vier a substituí-lo.

- 8.2. Para confirmar a situação de um usuário, como Beneficiário do SISAU, a CREDENCIADA, também, poderá contatar, durante o horário de expediente, pelos telefones: (71) 3377-8332/8340 ou pelo correio eletrônico: funsa_basv@yahoo.com.br e após o expediente, na Seção do Pronto Atendimento do GSAU-SV, pelos telefones: 3377-8338/8350;
- 8.3. É mandatória a verificação rigorosa da identificação do Beneficiário através do documento de autorização do procedimento, denominado Guia de Apresentação de Beneficiário (GAB) ou Guia de Encaminhamento para Assistência Médico-Hospitalar (GEAM), conforme **modelo Anexo A**, contendo o número da GAB, nome completo do beneficiário a ser submetido ao procedimento, código do procedimento, nome da CREDENCIADA e assinatura do Comandante ou Diretor. **A GAB tem validade de 60 (sessenta) dias** após a sua emissão;
- 8.4. É de responsabilidade da CREDENCIADA proceder a verificação rigorosa da identificação dos Beneficiários. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do Beneficiário será de responsabilidade exclusiva da prestadora do serviço (CREDENCIADA);
- 8.5. Para certificação do procedimento autorizado, o paciente ou seu responsável deve, obrigatoriamente, declarar, na guia/documento próprio de encaminhamento, que o(s) procedimento(s) nele discriminado(s) foi (ram) realizados, com aposição de sua assinatura;
- 8.6. O encaminhamento de Beneficiários do SISAU exclusivos da AMH será feito por meio de Guia de Encaminhamento para Assistência Médico-Hospitalar (GEAM), na qual constará a observação de que o responsável deverá pagar integralmente **100% (cem por cento)** as despesas, diretamente à CREDENCIADA, no ato da execução do procedimento de acordo com o referencial de custos praticados entre a CREDENCIADA e o GSAU-SV;
- 8.7. Para atendimento pela CREDENCIADA, os Beneficiários do SISAU serão encaminhados por Organização Militar da Aeronáutica e deverão identificar-se com apresentação de documento oficial de identificação com foto e guia/documento próprio de encaminhamento;
- 8.8. Em casos comprovados de **“urgência e/ou emergência”**, quando não houver a possibilidade de emissão de solicitação e/ou emissão de autorização prévia, o atendimento poderá ser realizado pelo prestador de serviço sem guia/documento próprio de encaminhamento;
- 8.8.1. Nestes casos, **cabará a CREDENCIADA:**
- 8.8.1.1. Redobrar a atenção ao identificar o Beneficiário;
- 8.8.1.2. Orientar o Beneficiário e/ou seu representante legal a comunicar o atendimento à sua Organização de Saúde responsável no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da data do atendimento;

8.8.1.3. Providenciar a certificação, pelo Beneficiário/representante legal, dos procedimentos realizados, mediante assinatura na fatura (ou documento equivalente);

8.8.1.4. Comunicar o atendimento ao CREDENCIANTE (independentemente da comunicação do Beneficiário), imediatamente através dos contatos fornecidos (Item 8.2), informando todos os elementos necessários para que seja comprovada a “urgência e/ou emergência”; e

8.8.1.5. Informar ao Beneficiário do SISAU que, nas situações não enquadradas pela CREDENCIADA como “urgência e/ou emergência”, será imputado ao mesmo o pagamento em sua totalidade, ou seja, **100% (cem por cento)** dos itens financeiros dos procedimentos realizados no ato da execução do procedimento, de acordo com o referencial de custos praticados entre a CREDENCIADA e o GSAU-SV.

8.8.2. Caso haja descumprimento do item 8.8.1, a CREDENCIADA responsabilizar-se-á pelo atendimento e não poderá cobrar do CREDENCIANTE qualquer valor.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.1. Início da execução do objeto: Após assinatura do Termo de Contrato/Adesão e publicação do extrato em DOU; e

9.1.2. Os detalhamentos de todos os serviços e fornecimentos abrangidos pelo Credenciamento constam das TABELAS REFERENCIAIS de remuneração dos serviços e dos preços dos insumos e dos medicamentos, no Anexo II – Referencial de Custos, do Edital.

Local e horário da prestação dos serviços

9.2. Os serviços serão prestados no endereço da CREDENCIADA, informado no Anexo III – Modelo de Requerimento Pessoa Física ou Anexo IV - Carta Proposta Pessoa Jurídica; e

9.3. Os serviços serão prestados nos horários informado no Anexo III – Modelo de Requerimento Pessoa Física ou Anexo IV - Carta Proposta Pessoa Jurídica.

Rotinas a serem cumpridas

9.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

9.4.1. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pelo CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados;

9.4.2. Em caso de retorno de consulta ambulatorial, inclusive para entrega e avaliação de exames complementares solicitados pelo próprio médico, não será cobrada nova consulta, desde

que o beneficiário procure o prestador de serviço para agendar consulta de **retorno em até 30 (trinta) dias a contar da data da última consulta;**

9.4.3. Nos pronto-atendimentos será considerado retorno, sem direito à cobrança, o atendimento ao mesmo paciente, Beneficiário do CREDENCIANTE, feito **dentro de 24 (vinte e quatro) horas**;

9.4.4. A CREDENCIADA é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato;

9.5. É vedado a CREDENCIADA exigir que o usuário assine quaisquer papéis em branco, seja fatura ou guia de atendimento; e

9.6. Nenhum militar das Forças Armadas, da ativa ou convocado, poderá receber remuneração, honorários ou pagamentos por serviços profissionais prestados à usuário do SISAU, atendidos por meio de GAB ou GEAM, nos termos do Termo de Credenciamento.

Materiais a serem disponibilizados

9.7. Para a perfeita execução dos serviços aos Beneficiários do SISAU, a CREDENCIADA deverá disponibilizar os materiais, conforme as exigências do Anexo II – Referencial de Custos, do Edital:

9.7.1. Para os Hospitais CREDENCIADOS estão descritos abaixo das Tabelas 5, 6 e 7;

9.7.2. Para os Home Care CREDENCIADOS estão descritos no subitem 2.11;

9.7.3. Para os demais CREDENCIADOS estão descritos nos itens 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

9.8. A demanda do Órgão CREDENCIANTE tem como base as características exigidas no Edital de Credenciamento, Anexo I – Projeto Básico e Anexo II – Referencial de Custos.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.9. Não se aplica para os serviços de contratação direta para Credenciamento.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

9.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

10. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços observará as seguintes condições e procedimentos:

10.1. Condições gerais:

- 10.1.1. É vedado a CREDENCIADA cobrar diretamente do Beneficiário do SISAU qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das tabelas acima pactuadas, salvo o direito do Beneficiário do SISAU de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em pessoa jurídica;
- 10.1.2. Neste caso, a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;
- 10.1.3. No caso do usuário do SISAU apresentar para atendimento a **GEAM**, a CREDENCIADA deverá efetuar a cobrança total **100% (cem por cento)** de qualquer importância, a título de honorários ou serviços prestados, concernentes aos procedimentos realizados diretamente do usuário (neste caso Beneficiário da AMH), utilizando as mesmas tabelas de custos constantes do Edital de Credenciamento e Anexos;
- 10.1.4. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CREDENCIANTE, designado por meio de portaria e publicada no boletim interno;
- 10.1.5. Os usuários poderão notificar o CREDENCIANTE qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou faturamento;
- 10.1.6. O Serviço de Credenciamento e de Auditoria do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV) possuirão o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do Beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato; e
- 10.1.7. Para uso de OPME e materiais de alto custo, com valores **a partir de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, deverá ser realizada solicitação de autorização, conforme regras estabelecidas no Anexo II – Referencial de Custos do Edital de Credenciamento.
- 10.2. Para os Serviços de **Instituições Hospitalares**:
 - 10.2.1. São padrões de acomodação hospitalares previstos para **internação hospitalar**:
 - 10.2.1.1. Para **Oficiais e seus dependentes**: apartamento;
 - 10.2.1.2. Para **Graduados/Praças e seus dependentes**: enfermaria; e
 - 10.2.1.3. Os militares da reserva remunerada ou reformados, **que percebem vencimentos de graus hierárquico superior ao seu ou as pensionistas nesta mesma situação** tem direito à utilização dos padrões de acomodações referentes ao valor descontado.
- 10.3. A CREDENCIADA obriga-se a **permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos**:
 - 10.3.1. Identificação do Beneficiário junto ao setor de admissão da CREDENCIADA onde estiver sendo assistido;
 - 10.3.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

- 10.3.3. Visita ao paciente com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;
 - 10.3.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;
 - 10.3.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e
 - 10.3.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar a ser realizada pelo auditor da CREDENCIANTE.
- 10.4. Para o encargo previsto no item, o CREDENCIANTE poderá se valer de profissionais de saúde da própria Organização CREDENCIANTE, de outra Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA) ou de profissionais de Empresa CREDENCIADA para tal fim;
 - 10.5. Caso uma Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA), ou Organização Militar de Saúde de outra Força Singular reúna as condições necessárias para prestar a adequada assistência ao Beneficiário em regime de internação hospitalar, o CREDENCIANTE providenciará a sua transferência da CREDENCIADA para a Organização Militar;
 - 10.6. No caso de recusa do Beneficiário e/ou responsável legal de transferi-lo para uma OSA ou Organização de Saúde de outra Força Singular que reúna as condições necessárias para prestar a adequada assistência médica, o CREDENCIANTE deverá dar ciência ao Beneficiário e/ou responsável legal, formalmente documentada, de que, a partir daquela data, o Comando da Aeronáutica (COMAER) não mais se responsabilizará pelas despesas com o tratamento, o qual será caracterizado como livre escolha pelo Beneficiário/responsável legal;
 - 10.7. Será assinado um Termo de Ciência, elaborado pelo CREDENCIANTE, conforme modelo do **Anexo B (Termo de Ciência/Direito de Livre Escolha)**, após receber as devidas orientações de que está optando pelo seu direito de livre escolha;
 - 10.8. Caso o Beneficiário e/ou seu representante legal se recuse a assinar o Termo de Ciência/Livre Escolha, duas testemunhas deverão assinar o documento, confirmando o fato de que todas as informações a respeito do direito de livre escolha e da suspensão da responsabilidade do COMAER pelas despesas do tratamento foram prestadas ao Beneficiário e/ou ao seu representante legal;
 - 10.9. No caso de recusa do Beneficiário e/ou responsável legal de transferi-lo para uma Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA), ou Organização de Saúde de outra Força Singular caberá ao Beneficiário e/ou responsável legal, o pagamento integral dos valores **100% (cem por cento)** das despesas decorrentes, a partir da data em que a remoção do paciente deixou de ser realizada única e exclusivamente por vontade expressa pelo mesmo ou seu responsável legal, como previsto nos itens 6.1.6.1 e 6.1.6.3 da NSCA 160-07 de 2019;
 - 10.10. No caso de haver necessidade de prorrogação do tempo de internação além do período inicialmente autorizado por guia/documento próprio de encaminhamento, caberá à CREDENCIADA encaminhar a solicitação de prorrogação, emitida pelo médico assistente, ao CREDENCIANTE, preferencialmente com antecedência ao vencimento das diárias já

autorizadas. O CREDENCIANTE dará retorno à CREDENCIADA, especificando a quantidade de diárias autorizadas na prorrogação;

- 10.11. Nos casos de internação clínica, os honorários médicos serão pagos por dia de internação, equivalentes a uma visita hospitalar diária. Havendo necessidade de mais de uma visita por dia, deverá ser feito relatório detalhado com justificativa e encaminhado ao CREDENCIANTE, para autorização. Havendo necessidade do parecer de profissional de outra especialidade, o médico assistente deve solicitar e justificar, no prontuário, a avaliação e parecer, e/ou acompanhamento do especialista, o qual será autorizado com código próprio para parecer médico;
- 10.12. Para comprovação do total de diárias autorizadas, as guias e/ou documentos próprios de autorização deverão estar anexos à fatura hospitalar, por ocasião de sua apresentação;
- 10.13. No caso de inexistência de vagas na acomodação autorizada, o Beneficiário será internado em acomodação disponível e compatível com seu quadro clínico, até que seja transferido para acomodação compatível com a autorização. Nestes casos, não caberão quaisquer ônus de diferença de preços daquele período para o CREDENCIANTE;
- 10.14. Em princípio, os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria CREDENCIADA. Equipara-se a esse profissional, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que prestem serviço em caráter regular à CREDENCIADA, desde que não tenham credenciamento próprio; e
- 10.15. O CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitando o protocolo de tratamento da CREDENCIADA.
- 10.16. Para os serviços de **Laboratórios de Análises Clínicas e Anátomo Patológico:**
 - 10.16.1. Os exames realizados em usuários do SISAU, serão mediante requisição do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV) e apresentação de Guia de Apresentação de Beneficiário (GAB), devidamente autorizado pelo Comando do GSAU-SV;
 - 10.16.2. O material biológico sangue, urina, fezes, escarro e outros, poderão ser coletados no laboratório do GSAU-SV e enviados a CREDENCIADA conforme item 10.16.3 ou serem coletados nas instalações da contratada conforme horários discriminados no item 10.16.4;
 - 10.16.3. Em casos de amostra biológica para anatomia patológica (peças para biópsia, líquidos orgânicos ou secreções diversas) o próprio usuário do SISAU ou responsável, mediante apresentação de GAB autorizada e solicitação médica carimbada e assinada, poderão levar os materiais até às instalações da CREDENCIADA;
 - 10.16.4. O laboratório de análises clínicas ou anatomia patológica CREDENCIADOS deverão manter suas Unidades de coleta e/ou recebimento de materiais biológicos em locais de fácil acesso, com funcionamento ininterrupto, no mínimo, das 7h às 15h para coleta e das 7h às 17h para atendimento, de segunda a sexta feira e, no mínimo, das 7h às 10h

para coleta e/ou recebimento e das 7h às 11h para atendimento nos sábados;

- 10.16.5. O transporte do usuário ao local do exame não será de responsabilidade do CREDENCIANTE;
- 10.16.6. Cabe ao CREDENCIANTE, representado pela Chefia do Setor de Análises Clínicas do GSAU-SV, junto a CREDENCIADA planejar rotina de recebimento e transporte, do material biológico, previamente, coletado no Laboratório do GSAU-SV, em conformidade com as normas vigentes da ANVISA previstas para transporte de amostras biológicas.
- 10.16.7. Realizar o transporte do material biológico diário ou devidamente agendado, previamente coletado no Laboratório de Análises Clínicas do GSAU-SV, em conformidade com as normas da ANVISA, utilizando profissionais devidamente habilitados e treinados, sem ônus para o CREDENCIANTE;
- 10.16.8. Quando a CREDENCIADA for de jurisdição externa à Cidade de Salvador, Porto Seguro ou Bom Jesus da Lapa, o custo do transporte das amostras ocorrerá as suas expensas;
- 10.16.9. As embalagens individuais, inclusive os tubos primários, conservantes, aditivos ou soluções para fins de coleta e realização dos exames, quando necessários, assim como, as caixas térmicas para o transporte do material biológico a serem enviados ficarão por conta da CREDENCIADA;
- 10.16.10. Os casos individualizados, de exames específicos que necessitem de tubos, conservantes, aditivos ou soluções específicas para fins de coleta e realização dos exames não rotineiros, quando necessários, deverão ser fornecidos pela CREDENCIADA;
- 10.16.11. A CREDENCIADA deverá informar e manter disponível número telefônico de contato, para consulta, esclarecimento ou orientação;
- 10.16.12. Deverão ser disponibilizados os procedimentos técnicos necessários à realização dos exames, previamente e em site oficial da CREDENCIADA para pronta utilização;
- 10.16.13. Os laudos dos exames devem apresentar metodologia empregada, valor de referência, nome do responsável pela liberação do laudo com o número de registro em conselho profissional competente (CRM, CRF, CRBio);
- 10.16.14. Disponibilizar os resultados dos exames com um máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis ou em maior tempo, desde que comprovada a necessidade técnica, após a coleta dos materiais biológicos a serem examinados, devendo estes resultados serem disponibilizados em meio informatizado ou site da internet, mediante senha individual de acesso, ou por meio físico; e
- 10.16.15. Apresentar certificado mensal e anual de participação em Programa Nacional de Controle de Qualidade com excelência no desempenho, expedido por empresa certificada pela ANVISA.

10.17. Para os serviços de **Atendimento Domiciliar**:

- 10.17.1. Para o início do atendimento de atenção domiciliar à saúde, a apresentação do paciente à equipe de profissionais da CREDENCIADA correrá por conta do Beneficiário e/ou de seu responsável, por meio do agendamento de visita domiciliar solicitada por parte do CREDENCIANTE para a elaboração do **Plano de Atenção Domiciliar (PAD)**;
- 10.17.2. O **Plano de Atenção Domiciliar (PAD)** deverá apresentar a real situação do paciente, onde deverá constar: dados de identificação (paciente e responsável), diagnósticos, histórico clínico do paciente, medicamentos em uso, avaliação de dependência, sistema tegumentar, exame físico, avaliação da dor, avaliação por aparelhos (respiratório, digestivo e geniturinário), avaliação do domicílio, recursos necessários para atendimento (materiais e equipamentos) e enquadramento do tipo de atenção domiciliar;
- 10.17.3. Estabelecer como prioridade de eleição da internação domiciliar os seguintes grupos de indivíduos:
 - 10.17.3.1. Idosos;
 - 10.17.3.2. Portadores de doenças crônico-degenerativas agudizadas;
 - 10.17.3.3. Portadores de patologias que necessitem de cuidados paliativos; e
 - 10.17.3.4. Portadores de incapacidade funcional, provisória ou permanente.
- 10.17.4. Os mecanismos de encaminhamentos dos pacientes para a atenção domiciliar à saúde e as normas para o atendimento dar-se-ão segundo os critérios de captação e de elegibilidade que se seguem:
 - 10.17.4.1. Uma Equipe Multidisciplinar do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), coordenada pela Seção de Fundo de Saúde (FUNSA), indicará a CREDENCIADA o paciente que receberá a atenção domiciliar à saúde, a fim de que proceda à avaliação do caso e à elaboração do Plano de Atenção Domiciliar;
 - 10.17.4.2. A Equipe Multidisciplinar será composta no mínimo por Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudióloga e Psicólogo; e
 - 10.17.4.3. As especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, a avaliação de elegibilidade do paciente para a assistência domiciliar poderá deixar de contar com parte das mesmas.
- 10.17.5. O atendimento de atenção domiciliar à saúde será autorizado após homologação do referido Plano pelo Comandante do Grupo de Saúde de Salvador, ouvida a Seção de Fundo de Saúde, oportunidade a qual será expedida a competente Guia de Encaminhamento para Atenção Domiciliar à Saúde;
- 10.17.6. À Seção de Fundo de Saúde (FUNSA) competirá realizar os contatos com a equipe profissional da CREDENCIADA para eventuais alterações no Plano de Atenção Domiciliar (PAD) proposto, respeitados os preceitos éticos estabelecidos por parte do Conselho Federal de Medicina (CFM);

- 10.17.7. A desmobilização da atenção domiciliar à saúde com a redução gradual da estrutura disponibilizada na atenção domiciliar à saúde, de acordo com a evolução do plano terapêutico previamente acordado, até a alta da atenção domiciliar, dar-se-á conforme os critérios do Plano de Atenção Domiciliar (PAD);
- 10.17.8. O CREDENCIANTE poderá, por meio da Seção de Fundo de Saúde (FUNSA) do Grupo de Saúde de Salvador (GASU-SV), solicitar a CREDENCIADA, em regime de transição coordenada, o início da atenção domiciliar à saúde de pacientes internados em OCS, assim que o mesmo obtenha alta hospitalar;
- 10.17.9. A atenção domiciliar à saúde terá prazo determinado, podendo, entretanto, no decorrer do período inicialmente estabelecido sofrer alterações, em consequência da evolução/necessidades clínicas do paciente e adesão deste e de seu grupo familiar à assistência oferecida:
- 10.17.9.1. O plano de Atenção Domiciliar (PAD) do paciente admitido deve ser revisado de acordo com a evolução e acompanhamento do paciente e a gravidade do caso. Esta revisão deve conter data e assinatura do profissional de saúde que acompanha o paciente;
- 10.17.9.2. A autorização será válida para no **máximo 30 dias**;
- 10.17.9.3. Se houver necessidade de continuidade do tratamento domiciliar, nova solicitação deverá ser enviada;
- 10.17.9.4. As prorrogações deverão ser encaminhadas ao CREDENCIANTE a cada período de 30 (trinta) dias, obedecendo aos mesmos períodos de cobrança, com o objetivo de prolongar a atenção prestada ao beneficiário pelo próximo período;
- 10.17.9.5. Junto com as prorrogações deverão estar anexados os relatórios dos profissionais da equipe multidisciplinar (Médico, Enfermeiro, Nutricionista, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Assistente Social, Psicólogo e Fisioterapeuta) envolvidos no atendimento do paciente;
- 10.17.9.6. Quando houver curativos, deverá estar anexado e relatório padrão para curativos da equipe especializada em lesão, devendo, o mesmo, ser preenchido pelo enfermeiro(a) responsável. Na evolução deve constar profundidade (medidas), presença de infecção, comprometimento tecidual (estágio/grau), tipo de tecido encontrado, materiais utilizados e prescritos e programação de alta/desmame dos mesmos;
- 10.17.9.7. Ao final do período será emitida uma autorização constando o plano de atendimento liberado, contemplando os recursos humanos necessários, materiais, medicamentos, dispositivos e equipamentos, além da definição da periodicidade do envio de relatórios de atendimento;
- 10.17.9.8. Os orçamentos referentes às intercorrências serão aprovados no decorrer do atendimento;

- 10.17.9.9. A regulação da atenção domiciliar é realizada através de autorizações prévias divididas em duas modalidades:
- 10.17.9.9.1. Prorrogações; e
 - 10.17.9.9.2. Complementares (intercorrências).
- 10.17.10. Os materiais e medicamentos necessários ao tratamento do (a) paciente serão entregues pela CREDENCIADA na residência do (a) mesmo (a), mediante aviso de recebimento a ser assinado pela pessoa por ele responsável, sob pena de não cobertura;
- 10.17.11. A CREDENCIADA deverá promover orientação continuada junto a família/cuidador, devendo ser orientada a assumir os cuidados com o paciente tendo em vista a promoção do autocuidado; e
- 10.17.12. A CREDENCIADA deverá elaborar o relatório de alta domiciliar quando ocorrer alguns dos seguintes motivos:
- 10.17.12.1. Alta por melhora;
 - 10.17.12.2. Recuperação parcial, que possibilite tratamento ambulatorial;
 - 10.17.12.3. Quando o (a) usuário (a) não mais preencher qualquer dos requisitos a que se refere este credenciamento;
 - 10.17.12.4. Ausência do responsável pelos cuidados do(a) usuário(a) durante a atenção domiciliar, comprovada pela equipe multidisciplinar da CREDENCIANTE ou CREDENCIADA;
 - 10.17.12.5. Internação ou reinternação hospitalar por piora do quadro clínico; e
 - 10.17.12.6. Óbito.
- 10.17.13. A Equipe Multidisciplinar do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV) procederá a reavaliação periódica dos casos de atenção domiciliar à saúde, com a finalidade de deliberar sobre a necessidade ou não da continuidade desse tipo de atendimento.
- 10.17.14. A CREDENCIADA deverá manter, durante toda a internação domiciliar, em tempo integral, estrutura de serviços específicos e de apoio à atenção domiciliar de casos de “urgência/emergência” necessários aos atendimentos em domicílio e à remoção dos pacientes para Organização Civil de Saúde (OCS) CREDENCIADA.
- 10.17.15. As intercorrências clínicas, decorrentes de “urgência/emergência”, deverão ser comunicadas por parte da CREDENCIADA em até 02 (dois) dias úteis ao CREDENCIANTE, a contar da data da ocorrência, mediante o fornecimento dos elementos necessários para comprovação da emergência ou da urgência, a fim de controle e providências administrativas;
- 10.17.16. O SISAU não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

- 10.17.17. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única que abarque o atendimento que fora dispensado ao Beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar;
- 10.17.18. A remoção do paciente, quando necessária, deverá ser efetuada, exclusivamente, para a rede de Organizações Cíveis de Saúde CREDENCIADAS por parte do CREDENCIANTE, bem como deverá ser devidamente justificada.
- 10.17.19. **A remoção do paciente ocorrerá das seguintes formas:**
- 10.17.19.1. De responsabilidade da CREDENCIADA, com uso do serviço de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel próprio ou subcontratado;
- 10.17.19.2. De responsabilidade do CREDENCIANTE, com utilização do serviço de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel;
- 10.17.19.2.1. Neste caso, a CREDENCIADA deverá solicitar à Seção de Fundo de Saúde a remoção do paciente.
- 10.17.20. Quando houver necessidade de nova internação hospitalar do Beneficiário, decorrente da evolução do quadro clínico durante o tratamento domiciliar, a CREDENCIADA deverá encaminhá-lo, preferencialmente, ao hospital conveniado do CREDENCIANTE;
- 10.17.20.1. O encaminhamento a OCS não credenciada será precedida de justificativa sobre eventuais impedimentos ou indicações médicas, e apenas nas hipóteses de urgência e emergência; e
- 10.17.20.2. A CREDENCIADA deverá solicitar autorização prévia da Seção do FUNSA do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), via e-mail: funsa_basv@yahoo.com.br.
- 10.17.21. A CREDENCIADA, representado no seu corpo clínico, prestará atenção domiciliar nas modalidades de assistência domiciliar (suporte básico), internação domiciliar, procedimentos de enfermagem e gerenciamento de casos crônicos, incluindo treinamento de cuidador/acompanhante, oxigenioterapia, central de atendimento telefônico, com médicos e enfermeiros capacitados para o atendimento domiciliar de urgência, serviço de urgência/emergência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com remoção, transporte em ambulância, honorários médicos e de fisioterapeutas (motora e/ou respiratória) e de outras especialidades necessárias à prestação do serviço de assistência domiciliar à saúde;
- 10.17.22. **Atendimento domiciliar:** prestado por visita de equipe multidisciplinar de profissionais da área de saúde integrada por Médico, Enfermeiro, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social a assistência de Fisioterapeuta, quando se fizer necessário constará de suporte básico;
- 10.17.23. **Suporte básico:** supervisão de Enfermagem, plantão médico, adequação do ambiente domiciliar, treinamento de cuidador/acompanhante, central de atendimento telefônico,

com médicos e enfermeiros capacitados para o atendimento domiciliar de urgência, serviço de urgência/emergência 24 (vinte e quatro) horas;

10.17.24. **Internação domiciliar:** indicada para pacientes agudos ou crônico-agudizados, que se não receberem um suporte mais intensivo provavelmente necessitarão de hospitalização. Indicada, também, em momento de término da hospitalização, para transição adequada do hospital para a residência, quando necessário. A internação domiciliar compreende as seguintes modalidades:

10.17.24.1. **Internação domiciliar de baixa complexidade:** além do contido no suporte básico, incluem os serviços de técnico de enfermagem por 06 (seis) h/dia.

10.17.24.2. **Internação domiciliar de média complexidade:** além do contido no suporte básico, incluem os serviços de técnico de enfermagem por 12 (doze) h/dia; e

10.17.24.3. **Internação domiciliar de alta complexidade:** além do contido no suporte básico, inclui os serviços de técnico de enfermagem por 24 (vinte e quatro) h/dia.

10.17.25. **Procedimentos de enfermagem:** serviços de técnico de enfermagem, sob supervisão de enfermagem, durante o atendimento domiciliar para realização de curativos, administração de medicamentos por todas as vias, administração de dietas enterais, realização de higiene em pacientes acamados e outros atendimentos de enfermagem que não requeiram acompanhamento contínuo;

10.17.26. **Gerenciamento de Casos Crônicos:**

10.17.26.1. Compreende a realização das atividades de coordenação da assistência, educação dos pacientes, seus familiares e cuidadores, e a realização de intervenções terapêuticas sempre que necessárias;

10.17.26.2. O trabalho é desenvolvido por equipe interdisciplinar, compreendendo médico e enfermeira obrigatoriamente, além de fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo e terapeuta ocupacional, sempre de acordo com o plano de tratamento definido para cada paciente, dependendo do caso o paciente será enquadrado nos seguintes planos:

10.17.27. **Gerenciamento de Caso Básico (GCB)** compreende:

10.17.27.1. Portadores de doenças crônicas estáveis, sendo frequentemente idosos ou adultos com pequena sequela neurológica, demência em fase inicial, ou demais comprometimentos da sua saúde que necessite de monitoramento menos intensivo;

10.17.27.2. Pacientes dependentes parciais ou independentes de seus cuidadores;

10.17.27.3. Pacientes com pouca dificuldade de acesso a rede de atenção;

10.17.27.4. Pacientes que apresentam histórico de internações sucessivas de curta duração

evitáveis, que geram repetição de procedimentos e exames;

10.17.27.5. Pacientes e cuidadores desinformados sobre os cuidados necessários para prevenir a exacerbação da doença; e

10.17.27.6. Previsão de recursos básicos para a assistência: 01 (um) Médico com 01 (uma) visita por mês, 01 (um) Enfermeiro com 01 (uma) visita por mês, Equipe Interdisciplinar (Fisioterapeuta ou Nutricionista ou Fonoaudiólogo ou Psicólogo ou Terapeuta Ocupacional) com 02 (duas) sessões por mês por um membro da equipe e acompanhamento telefônico 24 horas.

10.17.28. **Gerenciamento de Caso Intermediário (GCI)** compreende:

10.17.28.1. Portadores de doenças crônicas, sendo frequentemente idosos frágeis ou adultos com sequela neurológica, demência em fase intermediária; ou demais comprometimentos da sua saúde que necessite de monitoramento intensivo;

10.17.28.2. Pacientes com ou sem lesão de órgão alvo;

10.17.28.3. Pacientes dependentes parciais de seus cuidadores;

10.17.28.4. Pacientes que, pelo grau de dependência possuem dificuldade de acesso, considerável, a rede de atenção;

10.17.28.5. Pacientes que apresentam histórico de internações sucessivas evitáveis, que geram repetição de procedimentos e exames invasivos;

10.17.28.6. Pacientes com infecções de repetição; e

10.17.28.7. Previsão de recursos básicos para a assistência: 01 (um) Médico com 01 (uma) visita por trimestre, 01 (um) Enfermeiro com 01 (uma) visita por mês, Equipe Interdisciplinar (Fisioterapeuta ou Nutricionista ou Fonoaudiólogo ou Psicólogo ou Terapeuta Ocupacional) com 01 (uma) visita de avaliação inicial por um membro da equipe e acompanhamento telefônico 24 horas.

10.17.29. **Gerenciamento de Caso Avançado (GCA)** compreende:

10.17.29.1. Portadores de doenças crônicas de difícil controle;

10.17.29.2. Pacientes com ou sem lesão de órgão alvo;

10.17.29.3. Pacientes dependentes totais de seus cuidadores;

10.17.29.4. Pacientes que pela dependência, possuem extrema dificuldade de acesso à rede de atenção;

10.17.29.5. Pacientes que apresentam histórico de internações sucessivas evitáveis, que geram repetição de procedimentos e exames invasivos;

- 10.17.29.6. Pacientes com alta recente, estável, quadro clínico delicado e com alto risco de descompensação; e
- 10.17.29.7. Previsão de recursos básicos para a assistência: 01 (um) Médico com 01 (uma) visita por mês, 01 (um) Enfermeiro com 01 (uma) visita por mês, Equipe Interdisciplinar (Fisioterapeuta ou Nutricionista ou Fonoaudiólogo ou Psicólogo ou Terapeuta Ocupacional) com 02 (duas) sessões por mês por um membro da equipe e acompanhamento telefônico 24 horas.
- 10.17.30. A CREDENCIADA deverá realizar os treinamentos necessários aos cuidadores/acompanhantes dos pacientes a serem assistidos pela atenção.
- 10.17.31. A CREDENCIADA obriga-se a manter atualizada a relação acima indicada; e
- 10.17.32. Quando a equipe multidisciplinar da CREDENCIADA for constituída, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CREDENCIANTE.
- 10.17.33. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde (OCS), entendendo-se como:
- 10.17.33.1. O membro do Corpo Clínico da CREDENCIADA; e
- 10.17.33.2. O que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA.
- 10.17.34. O Plano de Atenção Domiciliar (PAD) deverá conter a descrição nominal dos integrantes da Equipe Multidisciplinar de Saúde que prestará a assistência domiciliar ao paciente, contendo os números de telefone dos profissionais da referida equipe para os contatos que se fizerem necessários entre o paciente e/ou seu responsável com a equipe de atenção domiciliar;
- 10.17.35. A CREDENCIADA se obriga a atender os Beneficiários do CREDENCIANTE em condições iguais de atendimento aos demais usuários de seus serviços, constituindo infração contratual a discriminação de qualquer natureza;
- 10.17.36. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo SISAU será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria, que decidirá pela sua autorização ou negação;
- 10.17.37. Toda medicação a ser administrada ao paciente em tratamento domiciliar deverá ter aprovação prévia da Seção do FUNSA do GSAU-SV;
- 10.17.38. O CREDENCIANTE não arca com o fornecimento de medicamentos orais ou de uso contínuo, ficando a cargo da família do paciente;
- 10.17.39. Os tratamentos não cobertos pelo sistema SISAU não se incluem na presente contratação;
- 10.17.39.1. Caso solicitado, a CREDENCIADA obriga-se a advertir o paciente ou seu

responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

10.17.40. Não será autorizada ou poderá ser cancelada a atenção domiciliar quando:

10.17.40.1. O domicílio do(a) usuário(a) apresentar difícil acesso à ambulância, equipamento ou atendimento de urgência;

10.17.40.2. As condições emocionais do(a) usuário(a) ou de familiar inviabilizarem o tratamento;

10.17.40.3. Não houve aceitação ou não adaptação pelo(a) usuário(a) ou sua família às normas do programa;

10.17.40.4. Não houver aceitação da equipe multidisciplinar pelo(a) usuário(a), responsável ou família; e

10.17.40.5. A equipe multidisciplinar da pessoa jurídica ou a Seção do FUNSA do GSAU-SV entenderem inviável a implementação do programa.

10.17.41. O abandono do tratamento realizado, pelo Beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

10.18. Para os serviços de Fisioterapia:

10.18.1. As sessões de Fisioterapia terão a duração de 50 minutos;

10.18.2. Em caso de atendimento domiciliar não será remunerado taxa de deslocamento da CREDENCIADA para atendimento do Beneficiário;

10.18.3. Fisioterapia em pacientes internados:

10.18.3.1. Limitada a uma sessão de fisioterapia motora/respiratória por dia para pacientes internados em enfermaria/apartamento compatível com a patologia;

10.18.3.2. E duas sessões diárias de fisioterapia respiratória/motora para os pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva – UTI adulto e pediátrico (maior de 1 ano), em oxigenioterapia ou com indicação médica; e

10.18.3.3. Para paciente neonatal será permitido apenas Fisioterapia Respiratória.

10.18.4. Deverão constar em prontuário a evolução do fisioterapeuta, que será certificada pela auditoria do GSAU-SV;

10.18.5. Para as sessões de fisioterapia ambulatoriais/domiciliar serão autorizadas pelo CREDENCIANTE o limite de 10 (dez) sessões mensais por paciente; e

10.18.6. Nos casos em que houver indicação de mais sessões a solicitação deverá ser encaminhada para o Serviço de Fisioterapia do GSAU-SV acompanhada do laudo do

especialista para análise e autorização, podendo chegar ao limite máximo de 25 (vinte e cinco) sessões/mês de acordo com parecer médico.

10.19. Para os serviços de **Psicologia**:

- 10.19.1. Os pacientes serão encaminhados para o primeiro atendimento com solicitação do Setor de Psicologia do GSAU-SV. Nos demais atendimentos, os pacientes serão encaminhados com solicitação da clínica de acompanhamento, ratificada pelo Setor de Psicologia do GSAU-SV;
- 10.19.2. O paciente ou responsável deverá assinar as sessões na GAB ou na Guia de Serviços apresentada a cada atendimento;
- 10.19.3. A CREDENCIADA deverá enviar a cada 06 (seis) meses, por meio físico, documento vigente, de acordo com a Resolução do [CFP nº 06/2019, do Conselho Federal de Psicologia](#), o qual deve seguir princípios técnicos da linguagem escrita, éticos e técnicos, além de incluir evolução do tratamento e prognóstico;
- 10.19.4. Caberá a CREDENCIADA a supervisão de seus especialistas, a fim de manter a qualidade técnica e a execução das normas vigentes em cada conselho;
- 10.19.5. A CREDENCIADA deverá informar ao Setor de Psicologia do GSAU-SV, no início de cada mês, sobre a inexistência de vagas para atendimento. Deverá, ainda, comunicar ao Setor de Psicologia do GSAU-SV as ausências ou abandono do tratamento pelo paciente, bem como sua alta;
- 10.19.6. As sessões devem ter a duração mínima de 50 (cinquenta) minutos; e
- 10.19.7. Modalidade de atendimento: psicoterapia breve – 05 (cinco) sessões mensais.

10.20. Para os serviços de **Fonoaudiologia**:

- 10.20.1. Os pacientes serão encaminhados com solicitação do Setor de Fonoaudiologia. O paciente ou responsável deverá assinar as sessões na GAB ou na Guia de Serviços apresentada a cada atendimento;
- 10.20.2. As sessões devem ter a duração mínima de 40 (quarenta) minutos;
- 10.20.3. A CREDENCIADA deverá enviar mensalmente um relatório técnico contendo informações referentes aos atendimentos dos pacientes encaminhados, bem como status dos tratamentos, objetivos, metas e estado evolutivo nas terapias. Deverá, ainda, comunicar ao Setor de Fonoaudiologia do GSAU-SV as ausências ou abandono do tratamento pelo paciente, bem como sua alta;
- 10.20.4. A CREDENCIADA deverá informar ao Setor de Fonoaudiologia do GSAU-SV, no início de cada mês, sobre a inexistência de vagas para atendimento;
- 10.20.5. O CREDENCIANTE poderá realizar inspeções na CREDENCIADA, a fim de manter a qualidade técnica e a execução das normas vigentes em cada conselho;

- 10.20.6. Será autorizado pelo CREDENCIANTE o limite de 04 (quatro) sessões mensais por paciente, mediante ratificação do fonoaudiólogo do GSAU-SV, sendo estas realizadas uma vez por semana; e
- 10.20.7. Nos casos em que houver indicação de um maior número de sessões, a solicitação deverá ser encaminhada para o Serviço de Fonoaudiologia do GSAU-SV acompanhada do laudo de especialista para análise e autorização, podendo atingir o limite máximo de 10 (dez) sessões mensais.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 11.3. As comunicações entre o Órgão e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 11.4. O Órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato; e
- 11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Órgão poderá convocar o representante da empresa CREDENCIADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CREDENCIADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

- 12.1. O Edital de credenciamento vigorará por prazo indeterminado; e
- 12.2. O prazo para credenciamento terá início a partir da data de publicação do Edital no Diário Oficial da União (DOU) e permanecerá continuamente aberto, podendo o interessado requerer o credenciamento a qualquer tempo.

13. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. A CREDENCIADA será selecionada por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do [art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021](#).

Regime de execução

- 13.2. O regime de execução do contrato será avaliado pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados;
- 13.3. Somente serão admitidas a participar do processo de credenciamento os estabelecimentos de saúde e profissionais de saúde com sede na cidade de Salvador e sua região metropolitana e nas cidades de Porto Seguro e Bom Jesus da Lapa e suas respectivas microrregiões e em torno, no Estado da Bahia, que comprovem regularidade jurídica, fiscal, qualificação econômico-financeira e técnico-operacional, apresentando todos os documentos exigidos;
- 13.4. É permitido o credenciamento a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica que preencha as condições mínimas deste processo;
- 13.5. Poderão participar profissionais médicos e estabelecimentos de saúde que disponibilizem tratamentos clínicos e cirúrgicos nas especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), de acordo com a resolução [CFM nº 1.763/2005](#) ou outra que a venha substituir, observada a [Lei 12.842/2013](#), bem como profissionais de saúde não médicos com atividades regulamentadas nos respectivos conselhos de fiscalização das atividades profissionais; e
- 13.6. Poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas de especialidades, desde que os serviços prestados sejam em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, juntando, na fase de credenciamento, listagem com o nome de todos os associados;
- 13.7. Não poderão participar:**
- 13.7.1. Empresas ou associações reunidas em consórcio;
- 13.7.2. Operadoras privadas de planos de saúde;
- 13.7.3. Empresas cumprindo suspensão temporária de participação em licitação da Administração Pública; e
- 13.7.4. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratarem com o Comando da Aeronáutica ou com a Administração Pública.
- 13.7.5. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contrata com a Administração Pública, nos limites determinados pelo [§5º, do Art. 14, da Lei nº 14.133/2021](#);
- 13.7.6. Pessoas físicas ou jurídicas que possuam restrições quanto a suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, inclusive, sob investigação do Ministério Público quanto a sua idoneidade nos procedimentos utilizados na prestação dos serviços objeto do presente credenciamento;

- 13.7.7. Empresas que se encontrarem em processo de falência ou de dissolução;
- 13.7.8. Pessoas físicas que se encontrarem em processo de insolvência civil;
- 13.7.9. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no [art. 14, da Lei nº 14.133/2021](#);
- 13.7.10. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da Comissão de Credenciamento, da Seção de Auditoria, dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, gestor do SISAU, bem como do Comandante desta Organização Credenciadora (CREDENCIANTE); e
- 13.7.11. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nas alíneas anteriores. Neste caso, a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

14. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)

- 14.1. Os interessados no credenciamento de serviços de saúde deverão apresentar, na fase de proposta, **“Carta Proposta”**, conforme modelo Anexo do Edital, devendo esta:
 - 14.1.1. Ser digitada e impressa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades;
 - 14.1.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;
 - 14.1.3. Constar dias e horários de atendimento;
 - 14.1.4. Conter a relação de serviços prestados;
 - 14.1.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;
 - 14.1.6. Indicar o nome do Banco, número da agência e conta-corrente para crédito dos pagamentos, cuja titularidade deverá ser da própria CREDENCIADA (pessoa física ou jurídica), anexando documentação comprobatória; e
 - 14.1.7. Ser datada e assinada pelo interessado, no caso de pessoa física, ou, no caso de pessoa jurídica, pelo Representante Legal, conforme disposto no contrato social ou pessoa que tenha autorização para tal, confirmado em documento.
- 14.2. A “Carta Proposta” terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;
- 14.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Termo de Adesão, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

14.4. Cada pessoa física ou jurídica interessada apresentar-se-á com representante devidamente munido de credenciais, o qual será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

14.5. Por credenciais entende-se:

14.5.1. Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva; e

14.5.2. Caso seja administrador de pessoa jurídica, este deverá apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social.

14.6. A não apresentação ou incorreção dos documentos listados no item 14.1 não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela interessada; e

14.7. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência que lhe deu causa.

15. HABILITAÇÃO

15.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

15.1.1. SICAF;

15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

15.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

15.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

15.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

- 15.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;
- 15.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;
- 15.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;
- 15.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.9. Se o interessado for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 15.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições; e
- 15.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos pertinentes de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, a seguir indicados:

Habilitação jurídica

- 15.12. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 15.13. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 15.14. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.15. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 15.16. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 15.17. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.18. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 15.19. Ato de autorização para o exercício da atividade de saúde, expedido por órgão de Conselho Federal/Regional de Medicina, nos termos da [Lei nº 6.839, de 30/10/1980](#), e às [Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011](#); e
- 15.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 15.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 15.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional](#);
- 15.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.24. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 15.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 15.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.27. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.28. Caso a CREDENCIADA seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal,

relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.29. A CREDENCIADA enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

15.30. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o interessado será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo interessado, mediante apresentação de justificativa;

15.31. Caso o interessado não comprove a regularização, será inabilitado.

Qualificação Econômico-Financeira

15.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

15.33. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

15.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

15.34.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

15.35. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

15.36. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica

ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

15.37. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

15.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5.% do valor total estimado da contratação;

15.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([§1º, art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

15.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

15.41. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente do local onde os serviços serão prestados, em plena validade;

15.42. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

15.43. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.44. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o **Responsável Técnico da Organização Civil de Saúde (OCS)**, deverá apresentar:

15.44.1. Cédula de identidade ou documento equivalente e Cadastro de Pessoas Físicas;

15.44.2. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

15.44.3. Comprovação da especialidade, caso exigível, mediante apresentação de Certificado ou Título registrado no Conselho Regional competente;

15.45. **Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

15.45.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente do local onde os serviços serão prestados;

15.45.2. Comprovação da especialidade, caso exigível, mediante apresentação de Certificado ou Título registrado no Conselho Regional competente;

- 15.45.3. As pessoas físicas serão credenciadas nas respectivas especialidades comprovadas;
- 15.46. As Certidões de capacidade técnica poderão ser apresentadas em nome da matriz ou da filial da empresa interessada;
- 15.47. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos; e
- 15.48. Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnico - profissional, previstos no [art. 67º, inciso VI, §9º da Lei 14.133, de 2021](#).
- 15.49. Caso admitida a participação de **Cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 15.49.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- 15.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 15.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 15.49.4. O registro previsto no [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- 15.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 15.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 15.49.7. Ata de fundação;
- 15.49.8. Estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- 15.49.9. Regimento dos fundos instituídos pelos coooperados, com a ata da assembleia;
- 15.49.10. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- 15.49.11. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta.

15.49.12. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15.50. Alvará de Funcionamento válido, expedido pela Prefeitura;

15.51. Licença ou Alvará Sanitário válido, expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária competente;

15.52. O credenciamento da **Pessoa Jurídica** poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

SITUAÇÃO	DOCUMENTO A SER APRESENTADA
Alvará de autorização sanitária vencido	Alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
Requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias)	Alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
Requerimento superveniente à instituição da empresa	Alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
Funcionamento decorrente de decreto judicial	Decreto judicial válido.

15.53. Para o **Profissional de Saúde Autônomo (PSA)**:

SITUAÇÃO	DOCUMENTO A SER APRESENTADO
Alvará de autorização sanitária vencido	Alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
Requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias)	Alvará de autorização sanitária válido.
Requerimento superveniente à instituição da empresa	Alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
Funcionamento decorrente de decreto judicial	Decreto judicial válido.

15.54. Para os **Hospitais, para efeitos de Classificação Hospitalar** de acordo com os portes (A e B) deverão apresentar declaração contendo:

15.54.1. Número de leitos totais;

15.54.2. Número de leitos de UTI, especificando o tipo;

15.54.3. Número de Salas Cirúrgicas;

15.54.4. Serviços que oferece (Alta complexidade, Urgência/Emergência etc.);

15.54.5. Especialidades que atende;

15.54.6. Exames ofertados; e

15.54.7. Os itens listados acima serão avaliados pela Comissão de Credenciamento, tendo como referencial o sistema de classificação hospitalar (**ANEXO D**) e confirmados após visita técnica.

16. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

16.1. O recebimento da documentação ocorrerá nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13 às 17h ± horário de Brasília, entregues à Comissão de Credenciamento, na Subseção de Credenciamento (SSCRED), localizado no Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), à Base Aérea de Salvador (BASV) - Av. Ten. Frederico Gustavo dos Santos, s/n - São Cristóvão, Salvador - BA, 41.510-115;

16.2. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres: Ao Setor de Credenciamento do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), Av. Ten. Frederico Gustavo dos Santos s/n – São Cristóvão – BA, CEP: 41.510-115;

16.3. A documentação apresentada será objeto de análise pela Organização Credenciante (OC). Considerar-se-á habilitado apenas o interessado que apresentar os documentos exigidos no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos por até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, o qual admitirá prorrogação;

16.4. A documentação apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido no Edital, será considerada inepta, podendo o interessado apresentar novo documento livre das causas que ensejaram sua inépcia;

16.5. Após a habilitação, a OC condicionará o credenciamento à possibilidade de realização de inspeção prévia das instalações, equipamentos, condições de atendimento, higiene e capacidade técnico operativa; e

16.6. O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do Termo de Adesão, inabilitar a pessoa jurídica/pessoa física, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, a habilitação jurídica ou a regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste credenciamento.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato/Adesão entre as partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19. REMUNERAÇÃO E PREÇOS CONTRATUAIS

19.1. A remuneração dos serviços e os preços dos insumos e medicamentos constarão nas TABELAS REFERENCIAIS adotadas e detalhadas no Anexo II - Referencial de Custos do Edital;

19.2. Na execução do contrato, o pagamento ao contratado corresponderá aos valores previstos nas TABELAS REFERENCIAIS adotadas pelo Órgão credenciador;

19.3. Para as diárias e taxas, assim como para os demais pacotes de serviços definidos na tabela constante do Anexo II do Edital, serão aplicados os valores nela definidos, com margem de aceitação de até 20% (vinte por cento);

19.4. Caso determinado serviço, não se encontre relacionado nas TABELAS REFERENCIAIS, não poderão ser objeto da contratação;

19.5. Nesta hipótese, o Órgão CREDENCIANTE poderá:

19.5.1. Incluir o novo serviço, no objeto do credenciamento, mediante o procedimento de alteração do Edital e consequente alteração do contrato, ou

19.5.2. Realizar licitação, ou, ainda,

19.5.3. Celebrar a contratação direta, observando-se a [Lei nº 14.133/2021](#), de forma a atender as particularidades de cada situação; e

19.6. Caso determinado insumo ou medicamento não se encontre relacionado nas TABELAS REFERENCIAIS, seguirão as regras estabelecidas neste Projeto Básico.

20. ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS REFERENCIAIS

20.1. Os valores das TABELAS REFERENCIAIS do Edital serão reajustados observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data-base, conforme a disciplina dos [artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 2001](#);

20.2. Para a tabela CBHPM e dos valores pesquisados no mercado especializado (orçamento próprio), a data-base é a data de publicação do aviso de Edital no Diário Oficial da União.

- 20.3. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior;
- 20.4. Os efeitos financeiros do reajuste terão início a partir da data-base de cada tabela, exceto se a própria tabela dispuser de forma distinta, desde que observada a anualidade;
- 20.5. O reajuste dos valores das TABELAS REFERENCIAIS será publicado no Diário Oficial da União, nos jornais de grande circulação, bem como, se possível, no sítio eletrônico do Órgão credenciador;
- 20.6. Para os valores das TABELAS REFERENCIAIS que não possuem critério próprio de reajuste, será adotado o índice IPCA;
- 20.7. Para o reajuste do valor da UCO atrelada a CBHPM, será adotado o índice IPCA;
- 20.8. Os preços dos medicamentos serão pagos pela tabela BRASÍNDICE, com atualização publicada pela própria revista eletrônica; e
- 20.9. O filme radiológico será pago pela tabela do Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR) vigente à época da publicação do Edital e com suas atualizações.

21. PAGAMENTO

- 21.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 21.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Credenciada:
- 21.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;
- 21.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 21.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 21.2. A cada período de faturamento, a credenciada apresentará as faturas correspondentes, até o dia 05 (cinco) de cada mês, para verificação dos procedimentos de auditoria e lisura, nos seguintes termos:
- 21.2.1. A fatura discriminará todas as informações pertinentes aos serviços prestados e será acompanhada das guias de encaminhamento e demais documentos necessários para aferição de sua regularidade;
- 21.2.2. A fatura deverá dar entrada no Setor competente do Órgão Credenciador em até 60 dias após o atendimento ambulatorial ou alta do paciente;

- 21.2.3. A fatura será auditada pelo Setor competente do Órgão Credenciador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação pelo contratado, e será aprovada, se não houver inconformidade com os termos e condições do credenciamento; e
- 21.2.4. Se houver inconformidade, o Setor efetuará e justificará as glosas, discriminará os itens e valores correspondentes e comunicará ao contratado, através de relatório detalhado.
- 21.3. Serão **motivos de glosa** por parte da CREDENCIANTE:
- 21.3.1. Apresentação da fatura sem a Guia de Encaminhamento, Guia Provisória e/ou Cópia de Guia de Serviço;
- 21.3.2. Guia de Encaminhamento em nome de outro prestador de serviços;
- 21.3.3. Valores em discordância aos pactuados neste credenciamento;
- 21.3.4. Realização de serviços não cobertos por este credenciamento ou não autorizados na Guia de atendimento;
- 21.3.5. A falta de data de atendimento na fatura;
- 21.3.6. A falta de assinatura do usuário na GAB ou na Guia de serviço;
- 21.3.7. Realização de procedimento em data superior a 30 dias de emissão da Guia de Encaminhamento;
- 21.3.8. Atendimento eletivo sem a respectiva Guia de Encaminhamento;
- 21.3.9. A falta de especificação na fatura apresentada dos nomes dos fabricantes dos materiais e medicamentos implicarão no pagamento do valor correspondente ao fabricante com menor valor; e
- 21.3.10. Qualquer outro descumprimento de cláusula deste Credenciamento.
- 21.4. A CREDENCIADA poderá apresentar recurso de glosa, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação, a ser decidido no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do 1º recurso de glosa da contratada, para definição do valor final da fatura;
- 21.5. Se a CREDENCIADA não apresentar recurso, prevalecerão as glosas efetuadas pelo setor;
- 21.6. Após o procedimento de auditoria e eventual acordo no recurso de glosa, o Órgão CREDENCIANTE estará autorizado a solicitar a emissão da Nota Fiscal no valor final estabelecido pelo setor competente. A solicitação dependerá da liberação do crédito pelo Órgão Responsável;
- 21.6.1. A Nota Fiscal será emitida pela Credenciada com os seguintes dados:

BASE AÉREA DE SALVADOR, CNPJ: 00.394.429/0014-25

- 21.7. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal (NF);
- 21.8. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#), deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal, nos termos do [art. 142, da mesma Lei](#);
- 21.9. Havendo erro ou omissão na apresentação dos documentos pela CREDENCIADA, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão CREDENCIANTE; e
- 21.10. O pagamento considerará os valores vigentes das TABELAS REFERENCIAIS na data de realização do atendimento.
- 21.11. Antes de cada pagamento a CREDENCIADA, será realizada consulta ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- 21.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CREDENCIADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Órgão CREDENCIANTE;
- 21.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Órgão CREDENCIANTE deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CREDENCIADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 21.14. Persistindo a irregularidade, o Órgão deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado a CREDENCIADA o contraditório e ampla defesa;
- 21.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CREDENCIADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 21.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Órgão, não será rescindido o contrato em execução com a CREDENCIADA inadimplente no SICAF;
- 21.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do [item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017](#), quando couber;

- 21.18. A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#); e
- 21.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Do recebimento

- 21.20. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o dia 05 (cinco) de cada mês, pelos integrantes da Seção de Auditoria do GSAU-SV, mediante apresentação das faturas acompanhadas das Guias de encaminhamento e demais documentos necessários para aferição de sua regularidade, para verificação e cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- 21.21. A data da disposição acima será para o recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CREDENCIADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga pelos serviços prestados;
- 21.22. O Fiscal Técnico do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- 21.23. O Fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- 21.24. O Fiscal Setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento sob o ponto de vista técnico e administrativo;
- 21.25. Para efeito de recebimento, ao final de cada período de prestação dos serviços, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar em glosas pelo CREDENCIANTE, registrando em relatório a ser encaminhado à CREDENCIADA;
- 21.25.1. Será considerado como ocorrido o recebimento das faturas ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 21.25.2. A CREDENCIADA fica obrigada a apresentar o recurso de glosa, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação, a ser decidido no prazo de 30 (trinta) dias, para definição do valor final da fatura, após apresentação do 1º recurso de glosa;

- 21.25.3. A fiscalização não efetuará o aceite da última e/ou única fatura de serviços prestados, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nas glosas. ([art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)); e
- 21.25.4. As faturas poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital de Credenciamento, Anexo I – Projeto Básico e na Proposta de Preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 21.26. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 21.27. Os recursos de glosa conferido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade, quantidade do serviço e preço, com consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 21.27.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- 21.27.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CREDENCIADA, por escrito, as respectivas correções;
- 21.27.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 21.27.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 21.27.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 21.28. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade, quantidade e preço, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 21.29. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança; e

- 21.30. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 21.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 21.32. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 21.33. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 21.34. Apresentação da fatura junto de cópia da Guia de Encaminhamento ou Cópia de Guia Provisória;
- 21.34.1. Guia de Encaminhamento em nome de outro prestador de serviços;
 - 21.34.2. Valores em discordância aos pactuados neste credenciamento;
 - 21.34.3. Realização de serviços não cobertos por este credenciamento;
 - 21.34.4. A falta de data de atendimento na fatura;
 - 21.34.5. A falta de assinatura do usuário na GAB ou na Guia de serviço;
 - 21.34.6. Realização de procedimento em data superior a 30 dias de emissão da Guia de Encaminhamento;
 - 21.34.7. Atendimento eletivo sem a respectiva Guia de Encaminhamento;
 - 21.34.8. A falta de especificação na fatura apresentada dos nomes dos fabricantes dos materiais e medicamentos implicarão no pagamento do valor correspondente ao fabricante com menor valor; e
 - 21.34.9. Qualquer outro descumprimento de cláusula do credenciamento.
- 21.35. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 21.36. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da

regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#);

21.37. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

21.37.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

21.37.2. Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do Órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

21.38. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CREDENCIADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

21.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CREDENCIANTE deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

21.40. Persistindo a irregularidade, o CREDENCIANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CREDENCIADA ampla defesa; e

21.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CREDENCIADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

21.42. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

21.43. No caso de atraso pelo CREDENCIANTE, os valores devidos a CREDENCIADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.44. O Órgão deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da CREDENCIADA, desde que precedido de instauração de processo administrativo, com as garantias do contraditório e ampla defesa.

Forma de pagamento

21.45. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CREDENCIADA;

21.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

21.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

21.48. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

21.49. A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. REAJUSTE DO CONTRATO

22.1. Em caso de reajuste das TABELAS REFERENCIAIS do Edital, e após completar 12 meses da contratação, a CREDENCIADA poderá solicitar o reajuste dos preços do contrato, a ser formalizado por meio de apostilamento, nos termos da [letra c, do item II, do art. 124 e § 3º, do art. 135, da Lei nº 14.133/2021](#), com efeitos financeiros a partir do apostilamento contratual, conforme o [item II, do art. 136, da mesma Lei](#);

22.2. Para os valores das TABELAS REFERENCIAIS que não possuírem critério próprio de reajuste, será adotado o índice IPCA;

22.3. Para o reajuste do valor da UCO atrelada a CBHPM, será adotado o índice IPCA;

22.4. O reajuste será comunicado a CREDENCIADA por meio de notificação; e

22.5. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

23. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CREDENCIANTE

23.1. O Órgão Credenciante obriga-se a:

- 23.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos do Edital de Credenciamento e Anexos;
- 23.1.2. Exercer o controle e fiscalização da execução contratual, por servidor especialmente designado, conforme regras previstas neste Projeto Básico;
- 23.1.3. Exercer a fiscalização e auditoria do processamento das despesas médicas, em conformidade com os procedimentos instituídos em sua normatização interna;
- 23.1.4. Notificar a CREDENCIADA da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 23.1.5. Pagar a CREDENCIADA o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Edital;
- 23.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal do contratado, no que couber, em conformidade com o [item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5, de 2017](#);
- 23.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato; e
- 23.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.

24. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

24.1. A Credenciada obriga-se a:

- 24.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e do Edital de Credenciamento e Anexos, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 24.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 24.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os [artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como a legislação específica aplicável aos serviços médicos, ficando o Órgão CREDENCIANTE autorizado a descontar, dos pagamentos devidos a CREDENCIADA, o valor correspondente aos danos sofridos, mediante o devido processo legal;

- 24.1.4. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados aos pacientes, inclusive por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência;
- 24.1.5. Utilizar pessoal habilitado e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 24.1.6. Prestar os serviços com estrita observância às normas da legislação pertinente no âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como cumprir as determinações dos Poderes Públicos e as recomendações da boa técnica;
- 24.1.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 24.1.8. Relatar ao Órgão toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 24.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Órgão CREDENCIANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos locais dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 24.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 24.1.11. Não permitir a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado ou profissional que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão CREDENCIANTE, conforme [art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010](#);
- 24.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- 24.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, de acordo com a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#);
- 24.1.14. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do contrato; e
- 24.1.15. Observar as normas de sustentabilidade sócio ambiental aplicáveis aos serviços de saúde, em especial:
- 24.1.15.1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na [Norma Regulamentadora NR 32/ABNT](#);

24.1.15.2. Boas práticas em processamento de produtos de saúde ([Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 15/2012 – Anvisa](#));

24.1.15.3. Gerenciamento de resíduos sólidos e rejeitos, nos termos da [Lei nº 12.305, de 2010, e Decreto nº 11.043, de 13 de Abril de 2022](#);

24.1.15.4. Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde ([Resolução 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222/2018 – ANVISA](#)); e

24.1.15.5. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

25. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Preposto

25.1. A CREDENCIADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

25.2. A CREDENCIADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de atendimento dos beneficiários do SISAU e validade do Termo de Contrato/Adesão; e

25.3. O CREDENCIANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CREDENCIADA designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

25.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

25.5. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

25.6. O Fiscal Técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

25.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Fiscal Técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

25.8. A CREDENCIADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

- 25.9. O Fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 25.10. O Fiscal Técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- 25.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)); e
- 25.12. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 25.13. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)); e
- 25.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 25.15. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#));
- 25.16. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));
- 25.17. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#));

25.18. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#));

25.19. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

25.20. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#));

25.21. O Gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

25.22. A CREDENCIADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador; e

25.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis toleráveis previstos, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas no Edital.

26. MEDIDAS ACAUTELADORAS

26.1. Consoante o [art. 45, da Lei nº 9.784, de 1999](#), a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

27. SANÇÕES

27.1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, conforme [art. 162, da Lei nº 14.133/2021](#), a CREDENCIADA estará sujeito às seguintes multas:

27.1.1. Multa moratória, calculada no percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do serviço em mora, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

- 27.1.2. A multa do subitem anterior será acrescida de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, sobre o valor do serviço em mora, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 27.1.3. A aplicação das multas não impede que o CREDENCIANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Edital.
- 27.2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital, sujeitará o contratado, conforme o [art. 156, da Lei nº 14.133/2021](#), às seguintes penalidades:
- 27.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o contratante;
- 27.2.2. Multa de até 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor correspondente ao(s) serviço(s), caracterizada a inexecução parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 27.2.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos neste Edital;
- 27.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Órgão CREDENCIANTE por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- 27.2.5. Declaração de “inidoneidade” para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 27.3. Também fica sujeito às penalidades do [art. 156, da Lei nº 14.133/2021](#), a CREDENCIADA que, em razão do contrato administrativo:
- 27.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 27.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; e
- 27.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 27.4. As sanções de multas poderão ser aplicadas juntamente com as demais sanções;
- 27.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 14.133/2021](#), e subsidiariamente a [Lei nº 9.784, de 1999](#);

- 27.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade; e
- 27.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em favor da União, ou inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Salvador, ____ de _____ de 2024.

RITA DE CÁSSIA BARRETO DOS SANTOS Ten Cel QOFarm
Presidente da Comissão de Credenciamento do GSAU-SV

ÉRICA CODEIRO LIMA 2º Ten QOCon Enf
Membro da Comissão de Credenciamento do GSAU-SV

CARLOS ALBERTO DE SOUSA Suboficial R1
Membro da Comissão de Credenciamento do GSAU-SV

ANEXO A

GUIA DE ENCAMINHAMENTO PARA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
(GEAM)

COMANDO DA AERONÁUTICA COMANDO GERAL DO PESSOAL DIRETORIA DE SAÚDE _____ OSA/OM	GEAM Nº _____ Data de Emissão ____/____/____
---	---

Ao: _____
 (Nome do Prestador de Serviço Credenciado)

CNPJ/CPF: _____

End _____ Tel: (____) _____

Encaminho para _____
 (consulta/internação/exame complementar/outros)

o(a) paciente _____,

SARAM _____; dependente de _____,
 (nome/posto/graduação)

beneficiário exclusivo da AMH (Assistência Médico -Hospitalar), informando que as despesas decorrentes desse atendimento serão pagas integral (100% - cem por cento) e diretamente à entidade credenciada/contratada, no ato da execução do procedimento.

 Chefe, Diretor ou Comandante da OM emitente

Eu, _____, beneficiário titular responsável pelo paciente acima identificado, **SARAM** _____, estou ciente de que deverei arcar integralmente com as despesas decorrentes da prestação do serviço em saúde, que serão pagas diretamente à entidade credenciada/contratada, no ato da execução do procedimento.

_____, ____/____/____.
 (Localidade) (Data)

ANEXO B



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE SALVADOR
GRUPO DE SAÚDE DE SALVADOR

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____ Estado civil: _____ Profissão/Posto
e/ou Graduação: _____ Identidade Militar e/ou
RG: _____ CPF: _____ SARAM: _____ Residente no Endereço: _____

Município/Estado: _____ / _____, mediante a este instrumento, declaro que em conformidade com as orientações contidas no item 6.1.6 e seus subitens, da NSCA 160-07, que dispõe sobre o uso da rede complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica, aprovada pela Portaria COMGEP Nº 26/DCS, de 31 de outubro de 2019, caso haja disponibilidade para transferência para uma Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA), não aceito pelo paciente e/ou responsável, este responderá pelos pagamentos, que serão realizados diretamente à entidade atendente _____.

Salvador/BA, _____ de _____ de _____

Assinatura do paciente e/ou responsável (por extenso)

6.1.6 - Logo que as condições clínicas do paciente permitirem e houver OSA ou Organização de Saúde de outra Força Singular/HFA apta a receber o caso, a OC deverá providenciar sua transferência.

6.1.6.1 - No caso de recusa do beneficiário e/ou seu responsável de transferi-lo para uma OSA ou Organização de Saúde de outra Força Singular/HFA, a OC deverá dar ciência ao beneficiário ou seu representante, formalmente documentada, de que, a partir daquela data, o COMAER não mais se responsabilizará pelas despesas com o tratamento, o qual será caracterizado como livre escolha pelo beneficiário/ responsável pelo paciente.

6.1.6.2 - Nos casos do item 6.1.6.1, o beneficiário/responsável pelo paciente deverá assinar um Termo de Ciência, elaborado pela OC conforme modelo do ANEXO B (Termo de Ciência - Direito de Livre Escolha), após receber as devidas orientações de que está optando pelo seu direito de livre escolha. Caso o beneficiário e/ou seu representante legal se recuse a assinar o Termo de Ciência a que se refere este item, duas testemunhas deverão assinar o documento, confirmando o fato de que todas as informações a respeito do direito de livre escolha e da suspensão da responsabilidade do COMAER pelas despesas do tratamento foram prestadas ao beneficiário e/ou a seu representante legal.

6.1.6.3 - Caso haja a recusa mencionada no item 6.1.6.1, além de providenciar a assinatura do Termo de Ciência- Direito de Livre Escolha (ANEXO C) pelo beneficiário/responsável pelo paciente, a OC também deverá comunicar imediata e formalmente ao prestador de serviço que se encontra desincumbida da responsabilidade de arcar com as despesas decorrentes, a partir da data em que a remoção do paciente deixou de ser realizada única e exclusivamente por vontade expressa pelo mesmo ou seu responsável.

ANEXO C

TERMO DE DIREITO DE LIVRE ESCOLHA

1. O presente Termo é lavrado aos ____ dias do mês de _____ de _____, em conformidade com as orientações contidas no item 6.1.6 e seus subitens, da NSCA 160-7, que dispõe sobre o uso da rede complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica, aprovada pela Portaria COMGEP Nº 26/DCS, de 31 de outubro de 2019.
2. Informo ao Sr(a). _____, SARAM _____ responsável pelo(a) paciente _____, que se encontra internado(a) na instituição hospitalar _____, localizada na cidade de _____, que as condições clínicas do(a) paciente permitem a sua remoção para uma Organização de Saúde da Aeronáutica ou de outra Força Singular/HFA, consoante diagnóstico emitido pelo médico responsável.
3. Desse modo, em observância às normas estabelecidas na Legislação em vigor, foi devidamente providenciada a transferência do(a) paciente da supracitada instituição de saúde privada para o _____, que ocorrerá na data de ____/____/____.
4. Caso V. Sa. se recuse a autorizar a presente remoção do paciente, ficará caracterizado que a permanência do paciente no hospital privado, a partir daquela data, será decorrente do exercício da livre escolha do beneficiário/responsável pelo paciente, escolha esta que não se encontra coberta pelas normas que regem a prestação da assistência médico-hospitalar pelo Sistema de Saúde da Aeronáutica, de modo que o exercício desse direito afastará a responsabilidade do Comando da Aeronáutica pelas despesas com o tratamento, a partir da data acima.
5. Assim, caso haja a recusa mencionada no parágrafo anterior, o militar/pensionista responsável pelo paciente também será responsável pelo pagamento integral, diretamente à instituição de saúde privada, de TODAS as despesas médico-hospitalares a partir da data acima, e será imediata e formalmente comunicado à instituição _____ que o(a) _____ (Organização Credenciante) encontra-se desincumbido(a) da responsabilidade de arcar com as despesas que decorrerem a partir da data que a remoção do(a) paciente deixou de ser realizada única e exclusivamente em razão da vontade expressa pelo responsável.
6. Por fim, informo que eventual recusa em assinar o presente Termo será suprida pela aposição de assinaturas de duas testemunhas, que presenciarão tanto a leitura do mesmo quanto o fato de que todas as informações constantes neste foram adequadamente prestadas a V. Sa.

Militar da OC responsável pela comunicação
(assinatura e carimbo)

Responsável/Beneficiário Titular
SARAM _____

Testemunha 1

Testemunha 2

ANEXO D

CLASSIFICAÇÃO HOSPITALAR

Objetivo: Estabelecer o sistema de classificação hospitalar a ser considerado para fins de credenciamento ao Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV).

1. A classificação cujo o sistema é ora estabelecido será aplicado aos hospitais credenciados, ordenando-os, de acordo com suas características, em um dos seguintes portes:
 - a. Porte A; e
 - b. Porte B;
2. A classificação de cada hospital se dará segundo seu enquadramento em um dos Portes estabelecidos acima, de acordo com o somatório de pontos obtidos nos respectivos intervalos da Tabela de Pontuação Hospitalar anexa.
 - a. A verificação do cumprimento dos “Itens de Avaliação” estabelecidos na Tabela de Pontuação Hospitalar e sua respectiva pontuação serão realizados pela Comissão de Credenciamento, após análise da Declaração do Hospital, corroboradas por meio de visita técnica, visando à formalização do Termo de Credenciamento.
 - b. A pontuação dos hospitais, para fins de classificação, terá como base a Tabela de Pontuação Hospitalar e serão realizados pela atribuição dos respectivos números de pontos previstos na coluna denominada “Pontos por Item” para “Item de Avaliação”, constante nas colunas identificadas de “A” a “J”, sendo que o somatório dos pontos obtidos será utilizado, segundo os intervalos de pontuação estabelecidos, para enquadramento do hospital em seu correspondente Porte.
 - c. A avaliação e enquadramento dos hospitais, no momento da Classificação Hospitalar, após análise da Declaração do Hospital e a realização da Visita Técnica para verificação de cada um dos “Itens de Avaliação”, se dará de acordo com os seguintes entendimentos:
 - i. Coluna “A” (Leitos Totais): será considerado o quantitativo total dos leitos existentes no hospital;
 - ii. Coluna “B” (UTI Adulto): será considerado o quantitativo de leitos disponíveis em Unidades de Terapia Intensiva destinados à adultos;

- iii. Coluna “C” (UTI Neo/Pediátrica): será considerado o quantitativo de leitos disponíveis em Unidades de Terapia Intensiva destinados à neonatos e crianças;
 - iv. Coluna “D” (Alta Complexidade): será considerado o quantitativo de serviços de alta complexidade existentes no hospital, podendo ser computados para tanto: Centro de Alta Complexidade em Assistência Cardiovascular, Centro de Alta Complexidade em Neurologia, Tratamento de Lesões Labiopalatinas, Implante Coclear, Neurocirurgia, Traumato-Ortopedia, Tratamento Cirúrgico da Epilepsia, Assistência a Queimados, Quimioterapia, Radioterapia, Medicina Nuclear, Cirurgia Bariátrica, PET-Scan e Transplantes;
 - v. Coluna “E” (Urgência e Emergência): será considerada a existência de serviço de Pronto Atendimento nas 24 horas do dia com equipe presente, pelo menos de clínica médica e pediatria; serviço de Urgência/Emergência com atendimento nas 24 horas do dia com equipe presente de pelo menos clínica médica, pediatria, cirurgia geral, ortopedia e anestesiologia; a existência de serviço de Urgência/Emergência com os recursos humanos e tecnológicos previstos pela [Portaria GM/MS nº 479, de 15 de abril de 1999, de acordo com os seus respectivos Tipos I, II ou III;](#)
 - vi. Coluna “F” (Pediatria): será considerada a existência de serviço de pediatria em níveis de complexidade crescentes que vão desde o atendimento ambulatorial até a Unidade de Terapia Intensiva;
 - vii. Coluna “G” (Obstetrícia): será considerada a existência de serviço de obstetrícia em níveis de complexidade crescentes que vão desde o atendimento ambulatorial até a classificação de atendimento à gestante de alto risco, conforme [Portaria GM/MS nº 1.020, de 29 de maio de 2013;](#)
 - viii. Coluna “H” (Salas Cirúrgicas): será considerado o quantitativo total de salas cirúrgicas existentes no hospital;
 - ix. Coluna “I” (TC/RNM): será considerada a existência de tomografia computadorizada e ressonância magnética no hospital; e
 - x. Coluna “J” (Hemodinâmica): será considerada a existência de serviço de hemodinâmica no hospital.
3. Estabelecer que o total de pontos obtido, resultante da aplicação da Tabela de Pontuação Hospitalar em anexo, levará ao enquadramento dos hospitais nos Portes previstos neste credenciamento hospitalar do Grupo de Saúde de Salvador (GSAU-SV), conforme a seguinte pontuação:
- a. **Porte A – acima de 30 pontos; e**
 - b. **Porte B – abaixo de 30 pontos.**

ANEXO D

TABELA DE PONTUAÇÃO HOSPITALAR DO GRUPO DE SAÚDE DE SALVADOR (GSAU-SV)

PONTOS	ITENS DE AVALIAÇÃO									
	(A) LEITOS TOTAIS	(B) UTI ADULTO	(C) UTINEO/ PEDIÁTRICA	(D) ALTA COMPLETA	(E) URGÊNCIA / EMERGÊNCIA	(F) PEDIATRIA	(G) OBSTETRICIA	(H) SALAS CIRÚRGICAS	(I) TC/RNM	(J) HEMODI- NÂMICA
1	< 50	1 - 5	1 - 5	1	Pronto- Atendimento	Ambulatorial	Ambulatório	1 - 4	-	-
2	50 - 99	6 - 9	6 - 9	2	Urgência/Emer- gência	Emergência	Emergência	5 - 9	Apenas TC	-
3	100 - 149	10 - 14	10 - 14	3	Referência Tipo II	Internação	Maternidade baixo risco	10 - 15	Apenas RNM	Ambulatorial
4	150 - 250	15 - 19	15 - 19	4	Referência Tipo III	UTI	Maternidade alto risco	> 15	Ambas	Urgência / Emergência
5	> 250	20 - 40	20 - 30	5	Referência Tipo I	-	-	-	-	-
6	-	> 40	> 30	6 ou mais	-	-	-	-	-	-
TOTAL:										



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo I - Projeto Básico.
Data/Hora de Criação:	04/09/2024 14:14:54
Páginas do Documento:	54
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	55
Hash MD5:	d48d3101c2de4385c698f6a4908c608e
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QOFARM RITA DE CASSIA BARRETO DOS SANTOS no dia 12/09/2024 às 10:36:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ÉRICA CORDEIRO LIMA no dia 13/09/2024 às 11:18:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial CARLOS ALBERTO DE SOUSA no dia 13/09/2024 às 11:25:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VINICIUS ALBERTO FARIA DE SOUZA no dia 26/09/2024 às 11:24:04 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO I- PROJETO BÁSICO
Data/Hora de Criação:	02/12/2024 11:51:26
Páginas do Documento:	56
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	57
Hash MD5:	c280b946a45325006a8d5de5adef72a0
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VINICIUS ALBERTO FARIA DE SOUZA no dia 04/12/2024 às 10:19:10 no horário oficial de Brasília.